



FORMAÇÃO POLÍTICA E TRAJETÓRIAS: JOVENS ATIVISTAS E MILITANTES NAS JORNADAS DE 2013 EM SÃO PAULO

Josefa Alexandrina da Silva¹
Universidade de São Paulo

Luís Antonio Groppo²
Universidade Federal de Alfenas

Mariana Calvi dos Santos³
Universidade Federal de Alfenas

Yasmin Antônia da Silva Oliveira⁴
Universidade Federal de Alfenas

RESUMO

O artigo comunica os resultados da pesquisa “Dimensões educacionais das Jornadas de 2013”, mais especificamente a respeito das Jornadas no estado de São Paulo. Seu objetivo é conhecer e interpretar as narrativas e memórias de seis ativistas e militantes que atuaram nas Jornadas de 2013 em São Paulo, que concederam entrevistas semiestruturadas para nossa pesquisa, a respeito dos temas: formação política, experiências nas Jornadas e trajetórias sociais após 2013. O trabalho se fundamenta na concepção de formação política desenvolvida a partir dos conceitos de socialização política, segundo Tomizaki, e subjetivação política, segundo Rancière, bem como na noção de trajetórias sociais de Dubar e na de interseccionalidade de Collins. Traz como resultados, primeiro, uma indicação da complexidade das Jornadas paulistas, mesmo no campo progressista com experiências socialistas, culturais e de ocupações ao lado do autonomismo do Movimento Passe-Livre, tendo em vista também os diferentes marcadores de classe, raça e gênero, bem como diferentes dinâmicas no interior do estado em comparação com a capital; segundo, o grande impacto das Jornadas nas trajetórias sociais de ativistas e militantes paulistas, que ressignificaram suas concepções e práticas políticas, trajetórias que tomaram, entretanto, diversos sentidos.

Palavras-chave: Jornadas de 2013; Estado de São Paulo; formação política; ativismo; militância, trajetórias sociais.

¹ Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). É membro do Grupo de Estudos de Juventude da UNIFAL-MG, Alfenas, MG, Brasil. Endereço para correspondência: Rua Dona Elisa, 150 63B, Barra Funda, São Paulo, SP, Brasil. CEP: 01155-030. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2662-2938>. E-mail: j.alexandrina@uol.com.br.

² Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor Associado da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Coordenador do Grupo de Estudos da Juventude da UNIFAL-MG. Endereço para correspondência: Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700, Centro, Alfenas/MG, Brasil. CEP: 37130-00. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0143-5167>. E-mail: luiz.groppo@unifal-mg.edu.br.

³ Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL). É membro do Grupo de Estudos de Juventude da UNIFAL-MG, Alfenas, MG, Brasil. Endereço para correspondência: Av. São José, 2323, Edifício Araujo, 102, Jardim São Carlos, Alfenas, MG, Brasil, CEP: 37130-219. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-5633-1073>. E-mail: mariana.calvi@sou.unifal-mg.edu.br.

⁴ Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL). É membro do Grupo de Estudos de Juventude da UNIFAL-MG, Alfenas, MG, Brasil. Endereço para correspondência: Rua Padre João Batista, 806 Ap4, Parque das Nações, Alfenas, MG, Brasil, CEP: 37130-000. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-3056-5451>. E-mail: yasmin.antonio@sou.unifal-mg.edu.br.

POLITICAL EDUCATION AND TRAJECTORIES: YOUNG ACTIVISTS AND MILITANTS IN THE 2013 JOURNEYS IN SÃO PAULO

ABSTRACT

The article presents the results of the research “Educational Dimensions of the 2013 Journeys”, specifically concerning the Journeys in the state of São Paulo. Its objective is to understand and interpret the narratives and memories of six activists and militants who participated in the 2013 Journeys in São Paulo, who granted semi-structured interviews for our research, regarding the following themes: political education, experiences during the Journeys, and social trajectories after 2013. The work is based on the concept of political education developed from the concepts of political socialization, according to Tomizaki, and political subjectivation, according to Rancière, as well as on Dubar’s notion of social trajectories and Collins notion of intersectionality. The results are, first, the indication of the complexity of the São Paulo Journeys, even within the progressive field, with socialist, cultural, and occupation experiences alongside the autonomism of the Free Fare Movement, considering also the different markers of class, race, and gender, as well as different dynamics within the state compared to the capital; second, the great impact of the Journeys on the social trajectories of São Paulo activists and militants, who unified their political conceptions and practices-trajectories that, however, took on various meanings.

Keywords: 2013 Journeys; State of São Paulo; political education; activism militancy; social trajectories.

FORMACIÓN POLÍTICA Y TRAYECTORIAS: JÓVENES ACTIVISTAS Y MILITANTES EN LAS JORNADAS DE 2013 EN SÃO PAULO

RESUMEN

El artículo presenta los resultados de la investigación "Dimensiones educativas de las Jornadas de 2013", centrándose específicamente en las Jornadas en el estado de São Paulo. Su objetivo es conocer y interpretar las narrativas y memorias de seis activistas y militantes que participaron en las Jornadas de 2013 en São Paulo, quienes concedieron entrevistas semiestructuradas para nuestra investigación, en torno a los temas: formación política, experiencias en las Jornadas y trayectorias sociales después de 2013. El trabajo se fundamenta en la concepción de formación política desarrollada a partir de los conceptos de socialización política, según Tomizaki, y de subjetivación política, según Rancière, así como en la noción de trayectorias sociales de Dubar y en la de interseccionalidad de Collins. Presenta como resultados, en primer lugar, el indicación de la complejidad de las Jornadas paulistas, incluso dentro del campo progresista, con experiencias socialistas, culturales y de ocupaciones junto al autonomismo del Movimiento Passe-Livre, considerando también los diferentes marcadores de clase, raza y género, así como dinámicas distintas en el interior del estado en comparación con la capital; en segundo lugar, el gran impacto de las Jornadas en las trayectorias sociales de activistas y militantes paulistas, quienes resignificaron sus concepciones y prácticas políticas, trayectorias que, sin embargo, tomaron sentidos diversos.

Palabras clave: Jornadas de 2013; Estado de São Paulo; formación política; activismo; militancia; trayectorias sociales

INTRODUÇÃO

As Jornadas de 2013 foram um evento histórico de grande complexidade, considerado, aqui, como um ciclo de protestos que teve origem em mobilizações por coletivos, movimento e organizações progressistas, mas que, especialmente na segunda metade de junho, se tornaram atos massificados e multifacetados, com a multiplicação de grupos sociais nas ruas, assim como de pautas e de ideologias políticas.

A pesquisa aqui relatada, “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013: Pautas educacionais, experiências escolares e formação política de jovens em protesto”⁵, focou ativistas e militantes⁶ progressistas que estiveram presentes na organização e realização dos primeiros atos, sob a orientação, em especial, dos repertórios de contestação autonomista e socialista. (Alonso; Mische, 2017).

Na pesquisa, buscamos conhecer como essas pessoas experimentaram a participação neste ciclo de protestos e quais impactos tais experiências trouxeram em suas trajetórias sociais.

Este artigo, em específico, busca as narrativas e memórias de ativistas e militantes que atuaram nas Jornadas de 2013 em São Paulo, tendo como ponto de partida a diversidade das suas formas de atuação, das organizações as quais pertenciam e dos marcadores sociais. Seu objetivo é interpretar como suas diversas experiências políticas durante as Jornadas, influenciadas pela forma como se organizavam e seus marcadores de classe, raça e gênero, impactaram suas trajetórias sociais após 2013.

Na verdade, a complexidade no interior do próprio campo progressista nas Jornadas em São Paulo é algo que se repete em outros estados. Os diferentes repertórios que informam as atrizes e os atores, bem como seus diferentes processos de formação política e os marcadores de classe, raça e gênero, ajudam a compreender como essas pessoas experimentaram as Jornadas, quais sentidos e significados atribuíram a estas experiências e como suas trajetórias foram impactadas por elas.

Formação política, trajetórias e interseccionalidade

A equipe de pesquisa adotou o conceito de formação política para o conhecimento e interpretação dos processos múltiplos e diversos que constituem os conhecimentos,

⁵ Pesquisa coordenada por Luís Antonio Groppo (UNIFAL-MG) e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e UNIFAL-MG. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNIFAL-MG, com o CAAE 54907522.1.0000.5142. Dados e resultados da pesquisa estão disponíveis em: <https://www.unifal-mg.edu.br/jornadas2013/>

⁶ O termo militante, aqui, se refere a formas clássicas de engajamento em organizações políticas formalizadas (como partidos e entidades estudantis) e sindicatos. O termo ativista se refere a formas de engajamento, desenvolvidas com mais destaque desde o fim do século passado, a coletivos que têm mais fluidez e maior espaço para as individualidades de seus participantes. (Bringel; Pleyers, 2015).

concepções e habilidades das pessoas como sujeitos políticos. Pesquisa recente sobre as ocupações secundaristas de 2015 e 2016 (Groppo; Sallas; Sofiati, 2022) considerou que dois foram os processos que fundamentaram esta formação: socialização política e subjetivação política.

A socialização política é um processo cumulativo de construção de saberes e habilidades relativos ao campo da política (tanto a institucional quanto a dos movimentos sociais), vivido em especial em instituições socializadoras clássicas, família e escola, mas também em grupos juvenis e movimentos. (Tomizaki et al., 2016). O campo de estudos da socialização política destaca como agem as determinações sociais, em especial a estrutura de classes, concebendo a socialização política como um processo cotidiano, mais lento e silencioso, constituinte de um sistema de crenças que se enraíza nas pessoas. (Baquero; Baquero, 2007).

Nossas pesquisas, efetivamente, verificaram o peso dos fatores sociais ou estruturais nas trajetórias políticas de adolescentes e jovens e, por vezes, a determinação de elementos como a posse de capitais econômico, cultural e político herdados de suas famílias. Entretanto, eram patentes também os impactos decisivos, transformadores de itinerários sociais e políticos previstos, de experiências políticas singulares de jovens em movimentos estudantis e ciclos de protesto. Essas experiências singulares são definidas aqui como a participação de ativistas e militantes em um processo de subjetivação política.

O conceito de subjetivação política, gestado na filosofia política por Jacques Rancière (1996; 2014) e nos apresentado por Lúcia Rabello de Castro (2009), tem grande valor heurístico ao ser trazido para a sociologia da educação e para as pesquisas sobre a formação política de jovens.

Para Rancière (1996), a subjetivação política ocorre naqueles raros momentos em que a “política como desentendimento” revela a igualdade substancial entre todas as pessoas, desafiando a partilha do sensível determinado e defendida pelos poderes institucionais (a “polícia”). Enquanto a “polícia” (em suas vertentes repressiva, ideológica e administrativa) tenta preservar a barreira entre quem teria a capacidade de fala e ação política e quem não tem, a verdadeira política, na ação e na fala efetivas dessas pessoas

até então consideradas inabilitadas, revela a igualdade fundamental, revira as fronteiras da ordem social e dissolve ou desloca identidades sociais.

Plebe, proletariado, feministas, movimentos negros e ocupações secundaristas, entre outras pessoas e conflagrações, são centrais em processos de subjetivação política, ao constituírem coletivos fundados na igualdade e transtornarem as identidades sociais determinadas. “Toda subjetivação é uma desidentificação, o arrancar à naturalidade de um lugar, a abertura de um espaço de sujeito onde qualquer um pode contar-se porque é o espaço de uma contagem dos incontados, do relacionamento entre uma parcela e uma ausência de parcela.” (Rancière, 1996, p. 48). A noção de subjetivação política colabora para a interpretação de como jovens significam, experienciam e sofrem os impactos desses momentos excepcionais da política como “desentendimento”. Enquanto constituem coletivos fundamentados na igualdade, jovens vêm repensar suas próprias identidades sociais até então determinadas pela socialização acumulada.

Buscamos conhecer o quanto a participação em processos de subjetivação política impactam as trajetórias sociais de ativistas e militantes. Define-se trajetória social como o percurso de vida de um indivíduo ou grupo, que percorre uma sequência disponível ou possível de posições em ambientes sociais e instituições, em que se relacionam biografias, redes de relações e estruturas sociais. Destacam-se, no estudo das trajetórias sociais, o percurso na família, nas instituições educacionais e no trabalho. (Dubar, 1998). Nossa pesquisa acrescenta a trajetória política, já que trata de ativistas e militantes.

A proposta de análise das trajetórias sociais de Claude Dubar (1998) foi importante para a pesquisa. Ele propõe a combinação de dois modelos de análise que, tradicionalmente, tem se colocado como opostos. Primeiro, uma análise estrutural que busca conhecer e prever as sequências de posições sociais ocupadas no espaço social, influenciadas pelo pertencimento de classe, raça e gênero, entre outros, das pessoas. (Bourdieu, 2008). Segundo, uma análise que investiga a trajetória concebida subjetivamente pelos próprios sujeitos, buscando conhecer como compreendem, experienciam e explicam suas próprias trajetórias sociais.

Na tradicional perspectiva estrutural das trajetórias sociais, há poucos itinerários possíveis para cada pessoa, a depender do seu grupo social de pertencimento, do qual

herda capitais acumulados ou disponíveis (econômicos, sociais e culturais) e passa por processos socializadores determinantes (família e escola). (Bourdieu; Passeron, 1975). Nesta perspectiva, ainda, a biografia é pensada pelo próprio indivíduo, equivocadamente, como fruto de suas escolhas idiossincráticas ou, ainda, como destino determinado por “dons” naturais ou bênçãos sobrenaturais.

Para Dubar (1998), entretanto, não há tão somente auto-engano nas trajetórias subjetivas. Os significados que as pessoas atribuem às suas trajetórias sociais permitem acessar as formas como elas operam na construção de suas próprias trajetórias, em tempos de modernidade tardia em que a reflexibilidade e o trabalho pessoal sobre as influências socializadoras e institucionais são, cada vez mais, necessárias. (Pinheiro, 2017).

Em nossa pesquisa, tão ou mais importante que a reflexividade social na definição das trajetórias sociais, no que se refere aos impactos das experiências políticas em movimentos sociais e ciclos de protesto, é a subjetivação política. As entrevistas com jovens ativistas e militantes, ao trazerem a dimensão subjetiva das trajetórias, ajudam a compreender se e como as experiências nas Jornadas impactaram suas trajetórias objetivas, ou seja, contribuem para compreender se essas experiências políticas tiveram a capacidade de impulsionar as pessoas a redefinir seus percursos políticos, escolares e profissionais.

Consideramos a interseccionalidade aqui com base em Patricia Hill Collins (2019), Angela Davis (2016) e Helena Hirata (2014). Em seus estudos sobre a mulher negra norte-americana, Collins (2019, p. 460) assim define interseccionalidade:

[...] abordagem que afirma que os sistemas de raça, classe social, gênero, sexualidade, etnia, nação e idade são características mutuamente construtivas de organização social que moldam as experiências das mulheres negras e, por sua vez, são formadas por elas.

Os estudos feministas negros se notabilizaram em trazer, tanto para o campo feminista quanto para o campo antirracista, a experiência das mulheres negras, dando origem à perspectiva interseccional, para a qual uma forma de opressão não pode ser tomada de forma isolada, muito menos como determinante de antemão, seja a exploração oriunda da estrutura de classes sociais, ou o racismo que verte do sistema racial. As diversas formas de opressão são trazidas para compreender cada situação de injustiça ou

desumanização: “[...] realizar uma análise interseccional é focar em múltiplos aspectos da discriminação, em suas figurações de raça e de gênero que contínua e conjuntamente produzem grupos subordinados” (Gomes; Sahtler, 2021, p. 94).

A abordagem interseccional permitirá compreender melhor a formação política e as trajetórias sociais das 6 pessoas jovens que foram entrevistadas para a pesquisa. Se elas têm em comum a categoria etária juvenil e o engajamento ativista e militante em movimentos progressistas, possuem distintos marcadores de classe, raça e gênero. Em nossa discussão, buscamos compreender o quanto esses marcadores contribuem para diferenciar as experiências vividas nas Jornadas e as trajetórias sociais de ativistas e militantes, por meio da presença, em suas entrevistas, de dados, valores e opiniões que se referem a esses marcadores, assim como a significação que dão a eles e o quanto compreendem suas influências em suas vidas e nos movimentos sociais.

Os conceitos de formação política, trajetória social e interseccionalidade foram aplicados para a interpretação das entrevistas com ativistas e militantes a partir de uma análise de conteúdo. Esta análise categorizou os dados obtidos nas respostas e os sintetizou em descrições sobre as experiências e trajetórias de cada uma das seis pessoas de São Paulo, apresentadas adiante. A seguir, buscamos interpretar estas descrições por meio dos conceitos tratados nesta seção, apresentando os diferentes caminhos de socialização política, engajamento em organizações e movimentos, tipos de participação nos protestos e influências nas trajetórias sociais. Foram considerados também os marcadores de classe, gênero e raça em perspectiva interseccional, ou seja, trazendo, quando notável, as singularidades nas experiências e trajetórias.

Jornadas de 2013 em são paulo

A produção acadêmica sobre as Jornadas de 2013 em São Paulo, além de enfatizar as causas deste ciclo de protestos, relacionando-as com a conjuntura nacional, traz relevantes contribuições acerca dos perfis e da formação política das e dos manifestantes jovens. Traz, enfim, algumas contribuições sobre as trajetórias políticas destas e destes, indo ao encontro do tema deste artigo.

As Jornadas de 2013 emergiram de um processo de descontentamento social, em que a questão urbana foi elemento central. O aumento de renda e consumo não se traduziu em melhoria nos serviços públicos essenciais, como transporte, educação e saúde. A preparação para os megaeventos escancarou esse contraste, aprofundando processos de gentrificação ou de “limpeza social”, que reforçavam a dualidade histórica entre “favela e asfalto”, o legal e o ilegal. Nesse contexto, uma nova geração de movimentos sociais (como o Movimento Passe-Livre [MPL], os movimentos sem-teto e os Comitês Populares da Copa) ganhou força, articulando as insatisfações cotidianas. (Maricato et al., 2013; Frúgoli Jr., 2018).

Também havia uma profunda desilusão com a democracia representativa, segundo Lima (2013). A grande mídia, com sua cobertura sistemática focada na corrupção como causa única dos problemas, contribuiu para desqualificar a política e as e os profissionais da política. Paralelamente, o pacto de governabilidade da esquerda no poder parecia ter enterrado as promessas de participação popular direta. Jovens manifestantes sentiam-se sem voz pública, sem canais efetivos de expressão – as redes sociais da Internet, embora importantes, não quebraram o monopólio da grande mídia na formação da assim chamada opinião pública, o que explica os ataques às sedes de televisão.

Ainda sobre as causas das Jornadas, Ruy Braga (2013) aponta para a demanda por direitos sociais efetivos. O período foi marcado pela frustração com a desconexão entre o crescimento econômico e a efetiva ampliação dos direitos. As Jornadas de 2013 foram a explosão de uma frustração acumulada: a revolta com a precariedade da vida urbana, a rejeição a uma democracia vista como fechada e corrupta e a exigência por direitos substantivos convergiram nas ruas, criando um movimento de contestação sem precedentes na recente história do país.

No que se refere ao perfil das e dos manifestantes, Gohn (2014) e Maricato et al. (2013) analisam a origem social de jovens atuantes nas Jornadas de 2013 como majoritariamente pertencentes à classe média estudantil, que não se sentia representada pela estrutura política institucional. Braga (2013), por sua vez, identifica também a participação do “precariado”, composto por trabalhadoras e trabalhadores de telemarketing, profissionais com baixa qualificação e jovens em busca do primeiro

emprego. Solano (2014), em estudo específico sobre Black Blocs, verificou nesse grupo uma predominância de jovens por volta dos 20 anos, em sua maioria com emprego e acesso ao ensino superior – ainda que, em muitos casos, em cursos de qualidade questionável. Tais evidências permitem constatar que há um grau de escolarização de jovens participantes das Jornadas, sem que isso tenha significado a libertação de ocupações precarizadas.

Do ponto de vista político-ideológico, Vinícius (2014) salienta que a formação do MPL derivou do desejo de jovens de fazer parte do “poder instituinte”, afirmando a sua potência e desafiando os poderes constituídos. A luta pela mobilidade urbana é interpretada como parte do desejo das juventudes vivenciarem, de fato, sua moratória social, deslocando-se efetivamente pela cidade. Nesse contexto, a potencialidade formativa e educativa das mobilizações do MPL tem como fundamentos

[...] seu apartidarismo, autonomia e horizontalidade, atraindo os jovens que não gostam de política eleitoral e partidária, mas que querem fazer algo, mesmo que seja algo efêmero como o momento da manifestação. Ao mesmo tempo essas práticas autonomistas, isto é, participativas, do MPL, são vistas por ela no seu aspecto educativo, no sentido de introduzir nesses jovens o hábito e uma nova perspectiva de participação política, que assim possa se difundir a outros locais e esferas em que esses jovens vivem e atuam. O MPL também estaria sendo um aprendizado através da prática. (Vinícius, 2014, p. 309).

Em São Paulo, Haddad (2016) observa que o Movimento Passe-Livre São Paulo (MPL-SP) intensificou uma formação política mais bem estruturada nas escolas, como descrito a seguir:

A necessidade de um trabalho mais permanente, um trabalho de formação política de base, que pudesse avançar na organização do movimento para além dos momentos em que ocorriam os atos, passou a ser uma das preocupações e das críticas do movimento, ao ganhar visibilidade nacional a partir de 2013. (Haddad, 2016 p.b22).

Assim, o MPL-SP passou a desenvolver atividades de formação em escolas de caráter intencional e permanente, com vistas a mobilizar estudantes do Ensino Médio para os atos e trazer elas e eles ao movimento. Segundo Haddad (2016), a prática formativa do MPL-SP se desenvolveu a partir do diálogo horizontal e troca de saberes, resultando em um processo de aprendizado mútuo.

A experiência política de manifestantes caracterizou-se, portanto, por um “aprender fazendo”, em que valores como autogestão, solidariedade e humanismo foram

sendo construídos na prática. Como afirma Gohn (2014, p. 432), “Conectam-se às redes de apoio internacional, e a solidariedade entre eles é um valor e um princípio. São laboratórios de experimentações de novas formas de operar a política”. A horizontalidade das redes sociais da Internet também favoreceu a percepção de que novas formas de democracia direta e empoderamento poderiam surgir pela via digital. Esse aprendizado pela prática é igualmente destacado por Haddad:

As pessoas que participam do movimento aprendem pela prática, são levadas à luta pelos atos, pelas manifestações que realizam contra os aumentos das passagens e em favor da tarifa zero. Ali aprendem a militar, a se organizar para os atos, a trabalhar na convocação, na segurança, nas alianças, nos panfletos, nas palavras de ordem, nas estratégias de defesa contra a repressão policial. (Haddad, 2016, p. 26).

Após a forte repressão policial aos atos na primeira metade de junho de 2013, Black Blocs ganharam protagonismo. De acordo com Solano (2014), sua atuação inicial visava proteger manifestantes da violência policial, mas posteriormente ela assumiu um caráter performático de denúncia da violência estatal. Para a autora, a violência era uma forma de expressão política, decorrente da “certeza de que os protestos pacíficos não geram resultado político efetivo nenhum e da descrença absoluta e firme nas instituições políticas do país” (Solano, 2014, posição 663).

Maricato et al. (2013) contribuem para a compreensão dos processos de socialização política, destacando que as Jornadas de 2013 fizeram “renascer em nós a utopia” (p. 8), em um contexto em que “as pessoas assumem coletivamente as rédeas da organização de seu próprio cotidiano” (Maricato et al., 2013, p. 10). A participação por meio de práticas autogestionárias, ocupações e novas formas de fazer política, com decisões horizontais e sem lideranças personalizadas, insere-se, assim, nos processos de socialização política de manifestantes.

Na análise das trajetórias de ativistas e militantes e seus repertórios de contestação, Frúgoli Jr. (2018) e Kriege e Leblanc (2018) identificam que, após as Jornadas de 2013, há um declínio da participação de autonomistas. No entanto, a busca do “direito à cidade” permanece como prática política e se expressa na ampliação do carnaval de rua e ciclovias na cidade, como analisaram Kriege e Leblanc (2018).

Ao fim e ao cabo, pode se perceber, a partir das diferentes falas e discursos dos movimentos sociais e coletivos urbanos, que a expressão “direito à cidade” tem sido utilizada para fazer referências a diferentes tipos de objetivos: seja para assegurar a tarifa zero dando acesso à mobilidade urbana a toda a população; seja para assegurar o direito à moradia ou mesmo para reocupar a cidade, criando espaços de convivência e resgatando o sentimento de pertencimento. (Kriege; Leblanc, 2018, p. 1044).

A produção acadêmica sobre as Jornadas em São Paulo apresentam os protestos como um momento decisivo na politização da juventude, cuja ação foi moldada por um profundo descontentamento com a precariedade da vida urbana, a falência da representação política e a demanda por direitos. A socialização política de ativistas, notadamente de autonomistas, caracterizou-se por um “aprender fazendo” em movimentos como o MPL-SP, em que valores de horizontalidade, autogestão e ação direta foram fundamentais.

Com o passar dos anos, é verdade, a produção acadêmica procurou matizar melhor as relações entre as Jornadas e o retrocesso conservador, que culminou na vitória da extrema-direita nas eleições presidenciais de 2018:

O Junho brasileiro rompeu o dique de certo imaginário político restrito, fazendo transbordar uma energia utópica acumulada. Que a direita tenha, afinal, tirado maior proveito do episódio é o grande enigma [...]. É preciso investigar como um movimento que prometia uma revolução democrática pôde desaguar numa contrarrevolução conservadora. (Palácio, 2023, p. 16).

Apesar do enigma da contrarrevolução conservadora, e embora o ciclo de protestos de massa tenha arrefecido e a participação autonomista tenha declinado posteriormente, seu legado formativo e a pauta pelo direito à cidade permaneceram vivos, reconfigurando-se em novas práticas e reivindicações que continuam a contestar e a ressignificar o espaço urbano e a participação política no país.

METODOLOGIA

A pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013”, entre junho de 2023 e março de 2024, realizou 37 entrevistas semiestruturadas presenciais com ativistas e militantes das Jornadas do campo progressista, que estiveram atuantes na latência e na convocação dos primeiros atos. As entrevistas aconteceram em seis estados, ao menos um

de cada região: Pará, Goiás, Ceará, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. O recrutamento se deu por meio das redes acadêmicas e políticas estabelecidas pela equipe de pesquisa. Buscou-se construir uma amostra relevante do ponto de vista qualitativo, com diversidade de formas de atuação, garantindo a presença de pessoas negras e mulheres, privilegiando jovens e buscando participantes de atos no interior dos estados.

Seis das pessoas entrevistadas atuaram no estado de São Paulo (4 na capital e 2 no interior), conforme Quadro 1. Elas puderam escolher seus próprios pseudônimos. Todas eram jovens em 2013, com idades entre 18 e 29 anos, com educação superior completa. As entrevistas em São Paulo aconteceram em junho e outubro de 2023.

Quadro 1: Ativistas e militantes paulistas que concederam entrevistas.

Pseudônimo	Município	Gênero	Raça	Renda Familiar atual	Ocupação em 2013	Ocupação em 2023
André Martins	Interior	Masculino	Branca	4 Salários Mínimos (S.M.)	Publicitário	Assessor parlamentar
Dandara	Capital	Feminino	Negra	Não respondeu	Estudante de graduação	Parlamentar
Emílio	Capital	Masculino	Branca	5,3 S.M.	Estudante de graduação	Docente da Educação Básica (EB)
Juliana	Capital	Feminino	Negra	9,2 S.M.	Produtora cultural	Produtora cultural
Luís	Capital	Masculino	Branca	13 S.M.	Docente da EB Estudante de pós-graduação	Docente da EB
Rosa	Interior	Feminino	Branca	4,5 S.M.	Estudante de graduação	Assessora parlamentar

Fonte: Pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013 no Brasil”.

A entrevista semiestruturada se define como uma “série de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista”, como um roteiro, em que é possível se fazer questões de aprofundamento e compreensão. (Laville; Dione, 1999, p. 188). O roteiro da entrevista com ativistas e militantes era assim estruturado: questão disparadora, sobre a motivação em participar das Jornadas; questões sobre as temáticas trajetória escolar, formação política, experiências vividas em 2013 e trajetória social após 2013.

A partir dos dados construídos pelas entrevistas, foi feita uma análise de conteúdo conduzida pelas autoras e autor do artigo. A análise de conteúdo é um expediente de

tratamento de informações previamente construídas, na qual se busca sintetizar um grande conjunto de conteúdos – como as respostas das entrevistas desta pesquisa – em algumas categorias. Isso se faz por meio da codificação ou categorização, em que dados “identificados como pertinentes (invocados ou suscitados)” são classificados, distribuídos entre categorias de análise, “de forma a reconfigurar o material a serviço de determinados objectivos de investigação”. (Esteves, 2006, p. 111). Foi criado um Grupo de Trabalho (GT) no interior da equipe de pesquisa que, em um primeiro momento, fez o tratamento de dados a partir de sínteses e seleções de trechos das entrevistas com base nas seguintes categorias de análise: formação política antes das Jornadas, experiências durante as Jornadas, trajetórias sociais de ativistas e militantes e trajetórias de movimentos e organizações.

Importante considerar que as entrevistas trazem relatos, opiniões e valores a respeito de acontecimentos vividos há mais de dez anos. O Brasil viveu transformações marcantes de 2013 para cá, destacando-se a campanha pelo impeachment de Dilma Rousseff e o próprio impeachment (2016), a vitória da extrema-direita nas eleições presidenciais (2018) e a pandemia da Covid-19 (2020-2021), que certamente influenciam o olhar retrospectivo das e dos participantes da pesquisa. As entrevistas trazem, sobretudo, as memórias de ativistas e militantes. A memória nunca é uma simples retomada do passado, mas um trabalho de significação, que também envolve esquecimentos, silenciamentos, enganos, seleções e diferentes ênfases (Ricouer, 1997). Este trabalho da memória implica a reconstrução das vivências pessoais e das interpretações sobre os rumos políticos do país, esse atravessado por desafios à democracia representativa e uma crescente polarização ideológica.

Essas memórias trazem vivências que tiveram grande intensidade e impactaram as trajetórias sociais de ativistas e militantes que entrevistamos, configurando experiências conforme o sentido assumido por Walter Benjamin (2017), ou seja, converteram-se em memórias que, a cada revisita, atuam como um manancial de significados sempre novos e potentes, que permanecem como referências que ajudam estas pessoas a orientar suas interpretações de mundo, a tomar decisões sobre suas trajetórias sociais e, enfim, são conteúdos latentes que podem funcionar como fontes para a formulação de novas ações

coletivas. (Löwy, 2005). Consideramos aqui que experiências oriundas da participação em processos de subjetivação política (no sentido de Jacques Rancière) vem a constituir experiências no sentido de Walter Benjamin, ou seja, recursos da memória individual e coletiva para a constituição de novas lutas sociais.

Jovens ativistas e militantes

O quadro 1, acima, apresentou as principais características das seis pessoas entrevistadas em São Paulo. Predominam pessoas brancas e de classes médias, o que é averiguado pela renda familiar que é mediana ou alta, pela formação escolar e pelas ocupações atuais, em que se destacam cargos políticos e docência.

Temos 4 mulheres e 2 homens. Entre as mulheres estão as duas únicas pessoas negras, cujas experiências e opiniões guardam significativas singularidades. Como se verá, Dandara e Juliana têm suas trajetórias agudamente atravessadas pela questão racial e as pautas do movimento negro, ainda que expressas de diferentes formas do ponto de vista político: Dandara, por meio da militância socialista e a atuação parlamentar; Juliana, por uma ação direta em coletivo autonomista. Assim, elas apresentam outro importante elemento diferenciador nas trajetórias das e dos participantes, as formas de atuação nas Jornadas, apresentadas no Quadro 2, que serão discutidas ao longo da seção. Deve ser citado, ainda, o caso de Rosa, mulher branca para quem o ativismo no movimento feminista é considerado por ela como marco de sua formação política.

Quadro 2: Atuação de ativistas e militantes paulistas nas Jornadas.

Pseudônimo	Município	Forma de atuação
André Martins	Interior	Ativista de coletivo autonomista
Dandara	Capital	Militante de partido socialista
Emílio	Capital	Ativista de coletivo autonomista
Juliana	Capital	Ativista de coletivo autonomista
Luís	Capital	Ativista de coletivo autonomista
Rosa	Interior	Militante de partido socialista

Fonte: Pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013 no Brasil”.

A seguir, apresentamos breves sínteses das entrevistas das e dos ativistas e militantes de São Paulo.

André Martins

André Martins atuou em município do interior de porte médio. Ele tinha, então, 27 anos, e já possuía graduação em Publicidade e Propaganda. Sua atuação política foi iniciada no Conselho Municipal de Cultura, com foco em projetos artísticos diversos. Afirma que sua atuação cultural não era politizada, mas suas experiências lhe permitiram retomar conhecimentos sociológicos e filosóficos adquiridos durante sua graduação. Descreve que sua religiosidade, de matriz africana, influenciou sua ética de luta. Em 2013, motivado pelas mobilizações nas grandes cidades, André Martins organizou um ato em sua cidade, criando com um amigo um evento no Facebook. O ato se tornou uma manifestação com 30 mil pessoas, vindas também de municípios vizinhos. Em vista disso, o movimento ganhou força e a adesão ou o apoio de coletivos e inúmeras organizações políticas e partidárias. Constrói-se uma identidade para o coletivo, inspirado pela pauta da redução das tarifas do transporte público do MPL-SP.

Esse movimento deu continuidade à mobilização social de junho de 2013 e foi protagonista do movimento que resultaria na cassação definitiva do prefeito do município. André Martins se tornou a mais conhecida figura das Jornadas em sua cidade, sendo constantemente solicitado pela imprensa e reconhecido como uma liderança, apesar de seu esforço de construir um movimento baseado na horizontalidade. Resultou negativamente, desse reconhecimento, perseguições, ameaças de morte, pichações em sua casa e duas detenções.

Consoante, destaca as Jornadas de 2013 como um momento de resiliência, marcado por aprendizado, violência e enfrentamento. Após 2013, André Martins considera sua vida transformada: “é como se tivesse renascido ou morrido de novo”. Foi sondado por vários partidos, mas resolveu se filiar a partido socialista já no final de 2013, partido para o qual atua hoje como assessor parlamentar na capital paulista.

Antes, viria a participar da fundação de um coletivo cultural que veio a focar pautas LGBTQIAPN+, especialmente após um trágico incidente com uma das suas fundadoras, uma mulher trans vítima de preconceito e discriminação dentro do próprio campo

progressista local. Diante das pressões e perseguições políticas, que afetaram inclusive sua vida profissional, resolveu se fixar em São Paulo. Já em 2016, sentiu-se abalado ao ver ex-companheiros das Jornadas, que participaram inclusive da fundação do Pula Catraca, apoiando o impeachment de Dilma Rousseff, o que simbolizou a fragmentação do ciclo de 2013.

Dandara

Dandara, mulher negra, tinha 20 anos em 2013, quando atuou nas Jornadas na capital paulista. Iniciou sua militância na universidade confessional em que cursou direito. Em 2013, atuava nos movimentos estudantil, feminista e negro, além de ser filiada a um partido socialista. Atuou em Comitê contra o genocídio da juventude negra, em campanhas pró-cotas e em manifestações feministas e antirracistas. Dentro de sua universidade, ajudou a fundar coletivo feminista, participou da Federação Nacional dos Estudantes de Direito (FENED) e da criação da Marcha das Mulheres Negras de São Paulo. Sua formação política foi marcada pela busca de um projeto político coletivo e radical, uma católica que abraça sem contradição a condição de marxista.

Nas Jornadas de 2013 teve um papel ativo na organização de blocos, faixas e palavras de ordem, especialmente como agitadora. Para ela, as Jornadas trouxeram vitórias, como a redução da tarifa, mas também dificuldades, como a hostilidade crescente contra partidos e a violência policial cometida contra a juventude negra.

Após as Jornadas de 2013, Dandara consolidou a consciência sobre a importância da organização coletiva e da mobilização popular. Tornou-se advogada de mães vítimas da violência policial e posteriormente ocupou espaço institucional como parlamentar, eleita por partido socialista. Para ela, 2013 foi um marco que fortaleceu tanto o movimento feminista quanto o movimento negro, mas também abriu espaço para o crescimento da direita. Define sua experiência como um “despertar para a política de forma coletiva” e reafirma que “a conquista se dá por meio da mobilização popular”.

Emílio

Emílio tinha 20 anos em 2013, atuando por coletivo autonomista em São Paulo. É professor e mestre em Filosofia, filho de docentes. Iniciou sua militância ainda no Ensino

Fundamental, influenciado por docentes e pela participação no grêmio estudantil. Integrou movimento de articulação de grêmios de escolas e do movimento secundarista, por meio dos quais participou da luta contra o aumento de tarifas em 2011. Aproximou-se do coletivo autonomista em 2010, tornando-se militante autonomista, crítico ao partidarismo, embora tivesse experiências anteriores em conferências de políticas públicas no segundo governo Lula. Sua mãe foi uma das fundadoras de importante partido político progressista, uma influência política importante para Emílio. Embora estudante de Filosofia em universidade pública, não se envolveu fortemente na política universitária, preferindo atuar fora dela, em escolas de Ensino Médio e nas ruas.

Emílio participou da preparação dos atos desde abril de 2013. Reconhece o papel central das redes sociais da Internet, especialmente o Facebook, na convocação das mobilizações. Destaca a intensidade das manifestações, com atos quase diários durante junho de 2013, e a centralidade da pauta da redução das tarifas. Em sua visão, outras pautas, como saúde, educação e Copa do Mundo, surgiram nas Jornadas de 2013, mas sem a mesma força ou organização. Ressalta que, no início, as manifestações eram desvinculadas de partidos e instituições, embora contassem com militantes de movimentos feministas, negros e LGBTQIAPN+. Considera que as Jornadas foram um marco, inclusive pela entrada da extrema-direita nas ruas.

Entre as dificuldades, menciona perseguições policiais, assédio da imprensa e impactos pessoais e profissionais que ainda sente. Para ele, as Jornadas representaram o momento mais intenso de sua vida, transformando seu olhar sobre a militância e mudando seus planos de seguir a carreira acadêmica nos moldes tradicionais. Ele afirma que a realidade concreta “atropelou a metafísica”, trazendo desmotivação para pesquisas filosóficas desvinculadas da transformação social. Mesmo assim, segue no mestrado e planeja o doutorado, mas com perspectivas diferentes.

Juliana

Juliana em 2013 tinha 21 anos quando atuou nos atos da capital paulista. É uma mulher negra, formada em Turismo, curso por meio do qual encontrou a Geografia Política como instrumento de compreensão das desigualdades sociais. Sua formação política

iniciou-se no ensino médio, quando um professor de Geografia promoveu um debate em sala e levou sua turma para conhecer a Ocupação 9 de julho. Mas por ter engravidado aos 13 anos, viveu fortes conflitos com sua família evangélica. Afastou-se dos debates referentes às desigualdades sociais, retomando-os após o término da graduação em Turismo, quando passou a atuar em eventos culturais, espaço que, segundo ela, possuía forte ligação com a política. A aproximação com a política foi fundamental para interpretar as tensões familiares e religiosas que atravessaram sua trajetória.

Seu envolvimento nas Jornadas de 2013 veio da participação em um coletivo cultural que atuava na transmissão dos protestos pelas redes sociais. Inicialmente, atuou nos bastidores das transmissões, mas logo decidiu se engajar mais diretamente. Participou de um coletivo de ocupação, movimento que durou cerca de 40 dias, reunindo majoritariamente jovens negras e negros anarquistas e tendo como pauta central a denúncia da violência policial. Nesse período, Juliana atuou na organização, criando páginas em redes sociais da Internet para divulgar atos e mobilizações. Suas principais reivindicações estavam ligadas à educação, permanência estudantil, segurança pública e cultura, sempre com uma postura anarquista e independente de partidos políticos.

Apesar do entusiasmo inicial, o aumento da repressão e da violência nas ruas, somado à falta de apoio familiar e à criminalização midiática dos protestos, levaram-na a se afastar das manifestações a partir de setembro de 2013. Ainda assim, as experiências nas ruas, como as aulas abertas sobre direitos e conjuntura realizadas durante as ocupações, marcaram sua trajetória. Para Juliana, a rua é um espaço vivo, um organismo da cidade em constante movimento, que contribuiu de forma decisiva para sua formação política e pessoal.

Luís

Luís é professor de História. Em 2013, tinha 29 anos e atuou em coletivo autonomista na capital paulista. Oriundo de uma família composta por docentes ligados à Teologia da Libertação e movimentos progressistas, sua formação política foi bastante marcada pelo movimento antiglobalização. Durante o Ensino Médio, atuou em grêmios estudantis, por meio dos quais veio a participar do Fórum Social Mundial de Porto Alegre de 2004 e em

coletivo autonomista de comunicação. Em 2005 ingressou no coletivo autonomista em que atuou nas Jornadas, coletivo que tinha forte trabalho de base em escolas.

Segundo ele, as estratégias pensadas em 2013 tiveram, como base, mobilizações bem-sucedidas ocorridas nos anos anteriores contra o aumento das tarifas do transporte público. Entre as características dessas mobilizações, que se buscaram replicar em 2013, havia o curto prazo, a radicalidade, a evitação da dispersão de pautas e o desejo que os protestos saíssem do controle do grupo convocador. Sair do controle significou, nas Jornadas em São Paulo, para Luís, “não inibir nenhum tipo de manifestação” que porventura surgisse, incluindo depredação, ataques a ônibus e enfrentamento à polícia.

Após as Jornadas, sua vida profissional pouco se alterou, continuou a lecionar como professor de História em escolas particulares, sem ingressar na política institucional. No entanto, permaneceu engajado, apoiando as ocupações secundaristas de 2015 e 2016, mas se afastou do coletivo autonomista em 2015. Desde então, sua militância se voltou ao movimento sindical de docentes das escolas privadas, participando de greves em 2017, 2018 e 2019. Para Luís, o principal marco de subjetivação política foi sua entrada no movimento antiglobalização, que moldou sua adesão a práticas autonomistas. As Jornadas de 2013 representaram, ao mesmo tempo, a realização de um planejamento político bem-sucedido e a experiência de limites, repressão e frustrações.

Rosa

Rosa, é uma mulher branca, que em 2013 tinha 24 anos. Atuou nas Jornadas em município de grande porte no interior. Formada em Serviço Social, teve sua formação política marcada pela influência do pai, um operário petista que lhe apresentou noções de luta de classes e conflitos sociais. Na graduação em Serviço Social em universidade pública, aproximou-se de coletivos feministas e autonomistas, participando da Marcha das Vadias em 2011, sua primeira experiência em atos de rua. Antes das Jornadas de 2013, sua militância ainda era incipiente, embora já fosse filiada a um partido socialista. A vida acadêmica, o contato com movimentos estudantis e os debates em cursos de ciências humanas ampliaram sua consciência política e reforçaram sua inserção no ativismo.

Nas Jornadas, vivenciou um marco decisivo tanto pessoal quanto politicamente. Integrou um grupo de vanguarda que organizou manifestações, destacando a pluralidade de pautas e a presença massiva de pessoas sem histórico prévio de militância. Sublinhou o protagonismo de mulheres, LGBTQIAPN+ e jovens, bem como o fortalecimento de coletivos autonomistas e do movimento feminista local. Apesar da repressão policial e das divergências internas, ressaltou o caráter transformador das Jornadas, que impulsionaram a auto-organização popular e abriram caminhos para uma renovação da esquerda.

O período das Jornadas de 2013 representou uma virada em sua trajetória, catalisando sua passagem de ativista eventual a militante orgânica. Após 2013, passou a atuar de forma mais intensa em seu partido, contribuindo para fortalecer a conexão da esquerda local com os movimentos de rua e as pautas interseccionais. Seu engajamento ampliou-se para as lutas por moradia, educação e direitos LGBTQIAPN+, levando à cofundação de organização feminista em sua cidade. Também consolidou uma trajetória eleitoral, com candidaturas a cargos eletivos. Nesse processo, deixou o trabalho administrativo para se dedicar integralmente à política como assessora parlamentar, vindo a residir na capital paulista, adiando a conclusão da graduação, retomada apenas em 2016. Segundo Rosa, as Jornadas foram um marco vitorioso, responsável por politizar uma geração e reafirmar a rua como espaço de disputa central, legado que define como inspiração para sua contínua militância e formação de novas gerações na luta por transformação social.

Formação política, experiências e trajetórias

As trajetórias e experiências de ativistas e militantes de São Paulo evidenciam a diversidade de sujeitos que compuseram as Jornadas de 2013 e permitem compreender esse momento como um marco de subjetivação política coletiva. André, Dandara, Emílio, Juliana, Luís e Rosa chegaram às ruas a partir de formações distintas, seja pela militância cultural, estudantil, sindical, feminista, negra ou autonomista. Embora com diferentes vínculos partidários ou avessos a eles, compartilharam experiências de repressão, perseguições e a centralidade das redes sociais da Internet como ferramenta de mobilização mas também como instrumento de ataques. Para elas e eles, 2013 representou

um ponto de inflexão em suas trajetórias, trazendo novas perspectivas de atuação política, desde o ingresso em espaços institucionais, como Dandara, Rosa e, mais tarde, André Martins, até a opção por caminhos autônomos e coletivos, como Emílio, Luís, Juliana e André Martins nos primeiros tempos. O período fortaleceu lutas feministas, negras e LGBTQIAPN+. Mais do que um evento pontual, as Jornadas de 2013 foram vividas como experiência de transformação pessoal e coletiva, atravessada por aprendizado, violência e reinvenção, que marcou de maneira duradoura a militância e a política brasileira.

Formação política

As entrevistas revelam trajetórias diversas de formação política, atravessadas por experiências familiares, escolares, culturais e religiosas que contribuíram para a constituição de diferentes formas de consciência crítica e engajamento.

Rosa teve sua formação marcada pela influência do pai, operário petista, e pela vivência universitária em uma universidade pública, onde entrou em contato com debates feministas e autonomistas. A participação na Marcha das Vadias (2011) representou seu primeiro envolvimento direto com o ativismo de rua, ampliando sua compreensão política.

André Marins, por sua vez, formou-se politicamente a partir da atuação cultural em sua cidade, aplicando conceitos de Sociologia e Filosofia aprendidos na graduação e combinando-os com valores éticos da umbanda, o que o aproximou de uma militância mais comunitária e prática.

Dandara construiu sua formação no ambiente universitário, no curso de Direito de universidade confessional participando de coletivos negros, feministas e estudantis, e filiando-se a um partido. Sua trajetória evidencia uma formação política estruturada por meio da organização e da luta coletiva.

Juliana teve um percurso mais fragmentado, mas encontrou na escola e na cultura os principais espaços de conscientização. Mulher negra e periférica, aproximou-se da política ao reconhecer, nas aulas de Geografia do Ensino Médio e nos coletivos culturais, instrumentos para compreender e questionar desigualdades.

Emílio e Luís, ambos ligados a um coletivo autonomista paulistano, apresentam trajetórias de formação marcadas pela militância estudantil e a valorização da autonomia e da horizontalidade. Emílio se politizou no grêmio e nas lutas contra o aumento das tarifas,

enquanto Luís traz uma formação mais longa, enraizada em influências familiares e no movimento antiglobalização, que culmina na fundação do coletivo.

De modo geral, essas histórias mostram que a formação política de ativistas e militantes das Jornadas de 2013 resulta de múltiplos caminhos e espaços de aprendizado, como escolas, universidades, coletivos culturais, redes familiares e movimentos sociais. Apesar das diferenças, há um ponto comum: o processo de descoberta de si como sujeito político, no sentido de Rancière (1996), quando o indivíduo passa a se reconhecer e a agir como parte de uma coletividade de iguais.

Experiências

As experiências vividas durante as Jornadas de 2013 revelam trajetórias marcadas por processos de descoberta política, construção coletiva e redefinição de pertencimentos. Em diferentes intensidades, ativistas e militantes compartilharam o impacto de uma vivência que deslocou suas percepções sobre o que é agir politicamente e sobre o papel do povo nas ruas.

Para Rosa, aquele período representou uma ruptura em sua forma de entender a política. Participando ativamente das manifestações, ela sentiu pela primeira vez a potência da ocupação das ruas como um espaço de disputa simbólica e real. A experiência foi atravessada por um sentimento de liberdade e de urgência, que a fez compreender que a política não se limita aos partidos ou instituições, mas se constrói nas práticas coletivas. Esse contato direto com a multiplicidade de vozes e pautas presentes nas ruas despertou nela o desejo de seguir atuando de forma mais organizada, tornando-se um ponto de inflexão em sua trajetória.

André Martins viveu as Jornadas como uma intensa experiência de transformação subjetiva. Envolvido desde os primeiros atos, sentiu-se tomado por uma energia coletiva que misturava alegria, fúria e esperança. O contato com diferentes grupos e identidades políticas, especialmente as pautas LGBTQIAPN+, foi decisivo para que ele se reconhecesse como sujeito político e passasse a pensar a luta a partir de uma perspectiva interseccional. A pluralidade e o caráter radical das manifestações o marcaram profundamente, ao mesmo tempo que revelaram as tensões internas do movimento, entre a abertura libertária e as disputas por representação. Para André Martins, estar nas ruas em 2013 foi uma

experiência de renascimento, um momento em que a política se tornou concreta, vivida no corpo e na coletividade.

No caso de Dandara, as Jornadas foram um momento de aprendizado e de reconhecimento de si como parte de um movimento maior. Ela destaca a força da convivência com pessoas de diferentes origens e ideias, o que a fez repensar suas próprias concepções sobre o que é participar politicamente. As manifestações afetaram emocional e eticamente, consolidando um sentimento de pertencimento a algo coletivo e de esperança na transformação social.

Juliana descreve 2013 como um marco em sua formação política e pessoal. As manifestações abriram espaço para um aprendizado que ultrapassou o campo teórico, envolvendo a prática concreta da política e o contato direto com diferentes formas de organização. O ambiente das ruas e o diálogo com pessoas engajadas a fizeram compreender a política como construção coletiva e cotidiana, deslocando o sentido tradicional da militância e ampliando sua visão de mundo.

Emílio viveu as Jornadas com um misto de entusiasmo e desconfiança. A efervescência das ruas o atraiu, mas também o fez refletir sobre os limites e contradições da mobilização. Mesmo assim, a experiência foi transformadora, pois o colocou diante da potência criadora do povo em movimento, levando-o a repensar sua própria posição diante da política institucional e das formas de organização existentes.

Luís recorda as Jornadas como uma experiência de libertação e de encontro com a força coletiva. Participar das manifestações o fez perceber a dimensão simbólica do ato de ocupar o espaço público e a importância da ação direta como expressão política. O convívio com pessoas diversas e o sentimento de partilha o marcaram profundamente, tornando-se uma referência para sua trajetória e para o modo como entende a cidadania e a mobilização social.

As e os 6 ativistas e militantes paulistas, a partir de suas memórias, reflexões e opiniões, apresentam as Jornadas de 2013 como ainda mais diversa e complexa do que a revisão bibliográfica trouxe, mesmo se nos limitarmos à fase inicial e francamente progressista das Jornadas em São Paulo, na primeira metade de junho de 2013. A revisão

bibliográfica destaca a novidade e as rupturas nas formas de ativismo e organização dos coletivos autonomistas.

Luís e Emílio, em suas entrevistas, confirmam a importância do repertório autonomista recriado na capital paulista em 2013, a partir de experiências exitosas de luta pelo transporte público em 2011: a defesa radical de uma pauta única, a abertura para formas diversas de protesto e uma postura inflexível nas negociações. Entretanto, as demais entrevistas apresentam um cenário bem mais diverso, trazendo a atuação de coletivos autonomistas de forma paralela e independente no interior dos estados – na frente de lutas em que Rosa atuou, ou no coletivo autonomista criado por André Martins –, a importância de partidos e juventudes partidárias socialistas desde a latência das Jornadas, em coalizão com autonomistas em frentes de lutas – casos dos partidos de Rosa e Dandara – e a importância dos coletivos culturais – que levaram Juliana a colaborar com rede independente de comunicação e, depois, participar de ocupação urbana, assim como o ativismo cultural pré-2013 de André Martins.

A interseccionalidade contribui especialmente para interpretar as experiências singulares das mulheres. O gênero e a raça ajudam a explicar as suas motivações para o ativismo e a militância e as pautas de suas atuações. Rosa, mulher branca, é mobilizada para a militância pelo movimento feminista e, após 2013, não apenas assiste a um fortalecimento dos coletivos identitários em sua cidade, como participa ativamente da articulação de seu partido com estas lutas. Na universidade em que Dandara se formou, estes coletivos identitários já estavam bastante atuantes, tendo sido importantes em sua formação política e, especialmente por meio da temática racial, orientado sua atuação após 2013. Juliana foi a que teve menos oportunidades de contato com organizações e movimentos antes de 2013, tendo sido levada ao epicentro das Jornadas pelo ativismo midiático e aprofundado sua participação pelo engajamento na pauta do genocídio da juventude negra.

Trajetórias

As trajetórias de ativistas e militantes após as Jornadas de 2013 revelam diferentes formas de continuidade, reconfiguração e amadurecimento político, marcando a

passagem de uma experiência de mobilização coletiva para percursos individuais atravessados por aprendizados, rupturas e novas inserções.

Para Rosa, as Jornadas foram um ponto de virada decisivo que a impulsionaram de uma posição de ativista pontual para uma militante orgânica, comprometida com a construção política cotidiana. Ela passou a ter uma atuação mais estruturada, em seu partido, em esforço para a renovação da esquerda em seu município. A partir dessa experiência, ela participou da fundação de um coletivo feminista e passou a se engajar em lutas por moradia, educação e direitos LGBTQIAPN+, consolidando-se como liderança regional. Seu envolvimento a levou a disputar cargos eletivos e a se dedicar integralmente à política institucional como assessora parlamentar. Mesmo com o custo pessoal de adiar sua graduação, Rosa entende as Jornadas como um marco vitorioso, responsável por politizar uma geração e reafirmar a rua como espaço legítimo de disputa e transformação, legado que define como inspiração contínua.

André Martins, por sua vez, descreve o pós-2013 como um renascimento. As Jornadas representaram uma ruptura tão profunda que ele afirma ter “morrido e nascido de novo”. O envolvimento o projetou politicamente, chegando a ser sondado por diversos partidos em 2014, e o levou a fundar um coletivo voltado às pautas culturais e LGBTQIAPN+. Esse espaço, porém, também revelou contradições internas do campo progressista, como episódio de preconceito e discriminação contra uma das fundadoras do coletivo, mulher trans, fato que marcou profundamente André Martins. Ele continuou atuando em pautas locais, em praças e encontros comunitários, mas também enfrentou pressões, perseguições profissionais e a decepção com antigos companheiros de luta. Essas experiências o levaram a mudar-se para São Paulo, em busca de um novo contexto político e pessoal. Sua trajetória expressa tanto a potência emancipatória de 2013 quanto as tensões e perdas que se seguiram à fragmentação do ciclo de protestos.

No caso de Dandara, as Jornadas significaram uma inflexão subjetiva e coletiva. A partir delas, ela passou a se perceber mais implicada nas questões políticas do cotidiano e a reconhecer melhor a importância da ação coletiva. Ela se aproximou ainda mais da política institucional, tendo sido eleita parlamentar, buscando manter o envolvimento com pautas sociais, especialmente por meio da educação e da cultura, campos que passou a enxergar

como espaços de transformação. O impacto de 2013 se manteve como uma referência ética e afetiva: um aprendizado sobre a potência da mobilização e sobre os limites impostos pelas estruturas políticas tradicionais.

Juliana também passou por um processo de amadurecimento que integrou dimensões políticas, profissionais e pessoais. As Jornadas a despertaram para um olhar mais crítico sobre o papel do Estado e das políticas públicas, levando-a a reinterpretar sua própria formação em Turismo e a se aproximar do campo da gestão pública e da cultura como instrumentos de transformação social. Sua trajetória, marcada por um interesse crescente pela produção cultural com sentido político, culminou na decisão de cursar um Mestrado em Gestão de Políticas Públicas, escolha que ela reconhece como consequência direta do aprendizado e das inquietações suscitadas por 2013. Para Juliana, o legado das Jornadas reside na compreensão de que a transformação se dá coletivamente, e que “a rua é de todos”.

Emílio, por outro lado, viveu um processo de reorientação identitária e política. Depois das Jornadas, passou por um período de distanciamento em relação ao ativismo, mas a experiência permaneceu como referência para repensar suas formas de engajamento. A efervescência de 2013 serviu como base para novas leituras do contexto político e para o entendimento dos limites da militância tradicional. Mesmo com a frustração diante da desmobilização posterior, ele manteve uma postura crítica, buscando novas formas de ação política compatíveis com suas condições de vida e trabalho.

Luís experimentou uma reconfiguração semelhante, ainda que mais silenciosa. O impacto das Jornadas o levou a refletir sobre a dimensão pessoal da militância e sobre a necessidade de articular a ação política com o cuidado de si e o cotidiano. O entusiasmo inicial deu lugar a um engajamento mais seletivo e reflexivo, sem abandonar a crença na potência coletiva de 2013. Sua trajetória simboliza o amadurecimento de uma geração que, mesmo diante das contradições e retrocessos do período posterior, manteve vivo o impulso ético e político despertado nas ruas.

As entrevistas, assim, revelam outras influências e impactos das Jornadas no estado paulista, para além do recuo do MPL-SP após a megamanifestação de 20 de junho. Essa manifestação, que deveria comemorar a revogação do aumento das tarifas, se

transformou em um pretenso “ato patriótico”, quando grupos de extrema-direita atacaram militantes socialistas e bandeiras de partidos, respaldados por manifestantes de primeira hora, que, com roupas e adereços de verde e amarelo, cantavam o hino nacional e traziam faixas e palavras de ordem contra a corrupção. (Alonso; Mische, 2017).

Emílio e Luís, se trazem relatos algo melancólicos de desilusões e dificuldades de manter os ideais autonomistas, assim como seu afastamento da linha de frente das mobilizações sociais, reconhecem importantes legados progressistas das Jornadas, como as ocupações estudantis de 2015 e 2016 e o fortalecimento de coletivos feministas, negros e LGBTQIAPN+. São vários os caminhos após junho de 2013: Juliana narra o empenho heroico de sua ocupação, por várias semanas depois de junho, mantendo o movimento apesar da ameaça da retaliação policial; André Martins descreve junho em seu município como apenas o momento inicial – ainda que surpreendentemente massivo – da trajetória do coletivo, que se manteve atuante nos anos seguintes, incluindo o movimento pelo impeachment do prefeito acusado de inúmeras contravenções, impulso que ainda o levaria a participar da criação de coletivo cultural e LGBTQIAPN+ e, finalmente, assim como Dandara e Rosa, a aprofundar sua participação na política institucional e partidária.

Nas trajetórias sociais, o que vem a se destacar são as relações entre o tipo de engajamento nas Jornadas e os itinerários políticos e profissionais vividos depois de 2013. Do ponto de vista escolar, há mais homogeneidade e linearidade: apenas Rosa não tinha graduação completa em 2013, tendo concluído seu curso posteriormente, enquanto Emílio e Luís, então pós-graduandos, completaram seus mestrados. Do ponto de vista, político e profissional, se observam as principais diferenças. Militantes socialistas, Dandara e Rosa, continuaram sua militância e até mesmo a aprofundaram, ocupando cargos políticos. Algo semelhante se deu com André Martins, dada a sua dupla face de ativista em coletivo cultural e filiado a partido político: por meio do segundo, se tornará assessor parlamentar.

Para os ativistas autonomistas, a tendência foi a da descontinuidade da atuação política e a ocupação ou permanência em profissões ligadas ao campo da docência e cultura, ainda que Luís tente manter alguma atuação na luta sindical. Se a repressão policial e os revezes vividos em 2013 trouxeram dificuldades para a atuação política das seis pessoas entrevistadas, assim como os conturbados tempos que se seguiram na vida

política impactaram negativamente todas elas, a tendência foi a de que ativistas autonomistas tenham sofrido mais, inclusive pela ausência de instituições sólidas de apoio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo conhecer e interpretar as narrativas e memórias de ativistas e militantes que atuaram nas Jornadas de 2013 em São Paulo, preocupando-se sobretudo com o que suas entrevistas trazem a respeito de sua formação política, suas experiências nas Jornadas e suas trajetórias sociais após 2013.

A produção acadêmica tem destacado a importância de organizações e ativistas sob influência do repertório autonomista, em destaque o Movimento Passe Livre São Paulo (MPL-SP), justamente por sua relevância na convocação das primeiras manifestações em junho de 2013 na capital paulista, mas também abordaram as e os Black Blocs. Entretanto, as entrevistas com ativistas e militantes apresentam, ao lado do MPL e do repertório autonomista, outros processos políticos e formativos, como militantes socialistas (que estiveram ao lado de autonomistas desde o início, em coalizões), outras dinâmicas de protesto em municípios do interior e outras pautas progressistas além da redução das tarifas, como a denúncia da violência policial contra a população negra, na ocupação de Juliana, e o impeachment de prefeito acusado de corrupção na cidade de André Martins.

Há, deste modo, uma complexidade no interior do próprio campo progressista nas Jornadas em São Paulo – algo que se repetiu em outros estados, na verdade. Os diferentes repertórios que informam as atrizes e os atores, bem como seus diferentes processos de formação política, ajudam a compreender como essas pessoas experimentaram as Jornadas, quais sentidos e significados atribuíram a estas experiências e como tais impactaram suas trajetórias.

Em síntese, o artigo traz como resultados, primeiro, a indicação de que há uma complexidade nas Jornadas paulistas, mesmo no campo progressista, maior do que a bibliografia costuma reconhecer, com experiências socialistas, culturais e de ocupações ao lado do autonomismo dos coletivos em que atuaram Emílio, Luís e André Martins, assim como diferentes dinâmicas no interior do estado em comparação com a capital, onde os atos ganharam força em meados de junho, a partir de uma mobilização já esboçada (na

cidade de Rosa), ou de uma convocação no Facebook. Segundo, o grande impacto das Jornadas nas trajetórias sociais de ativistas e militantes paulistas, que ressignificaram suas concepções e práticas políticas, ainda que suas trajetórias tenham tomado diferentes sentidos.

AGRADECIMENTOS

Às e aos participantes que concederam as entrevistas, por sua disponibilidade e generosidade. Às entrevistadoras e entrevistadores Alice Campos Claudino, Gislene Silva, Isabela Aparecida Silva Reis, Luís Antônio Groppo, Nelson Lemes Quintino, Nikole Pereira Mendonça de Almeida e Rodrigo Crivelaro.

Às agências financiadoras da pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013”: FAPEMIG, CNPq, CAPES e UNIFAL-MG.

REFERÊNCIAS

ALONSO, A.; MISCHÉ, A. Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protests. **Bulletin of Latin American Research**. v. 36, n. 2, p. 144–159, 2017.

ALONSO, A. Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução. In: **CEBRAP**. Métodos de pesquisa em ciências sociais: Bloco qualitativo. São Paulo: Sesc São Paulo, CEBRAP, 2016, p. 8-23.

BAQUERO, R.; BAQUERO, M. Educando para a democracia: valores democráticos partilhados por jovens porto-alegrenses. **Ciências Sociais em Perspectiva**. v. 6, n. 11, p. 139-153, 2007. Disponível em : <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ccsaemperspectiva/article/view/1506/1224>. Acesso em 12 abr. 2026.

BENJAMIN, W. **O anjo da História**. Porto: Porto Editora, 2017.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. **A reprodução**. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8.a ed., Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008, cap. 13, p. 183-191.

BRAGA, R. Sob a sombra do precariado. In: MARICATO, E. et al. **Cidades rebeldes**. Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do país. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.

BRINGEL, B.; PLEYERS, G. Junho de 2013... dois anos depois. Polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. **Nueva Sociedad**, n. esp., p. 1-14, 2015. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/junho-de-2013-dois-anos-depois/>. Acesso em 4 jun. 2025.

CASTRO, L. R.. Juventude e socialização política: atualizando o debate. **Psicologia: Teoria e Pesquisas**. v. 25, n. 4, p. 479-487, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v25n4/a03v25n4.pdf>. Acesso em 10 mar. 2016.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro**. Conhecimento, consciência e a política do empoderamento, São Paulo: Boitempo, 2019.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUBAR, C. Trajetórias sociais e formas Identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 19, n. 62, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73301998000100002>. Acesso em 13 jun. 2025.

ESTEVES, M. Análise de conteúdo. In: PACHECO, J. A.; LIMA, J. A. (orgs.) **Fazer investigação: Contributos para a elaboração de dissertação de teses**. Porto: Porto Editora, 2006, cap. V, p. 105-125.

FRÚGOLI JR. H. Ativismos Urbanos em São Paulo. **Caderno CRH**. Salvador, v.31, n.81, p. 75-86, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792018000100005>. Acesso em 11 abr. 2026.

GOHN, M. G. M. A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais. **Cadernos CRH**. Salvador, v. 27, n. 71, p. 431-444, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792014000200013>. Acesso em 1 jul. 2025.

GOMES, V. F.; SATHLER, C. N. Fronteiras (trans)formadoras: subjetividades na letra de cota não é esmola. **Revista Linguagem, Educação e Sociedade – LES**. v. 25, n. 48, p. 86-105, 2021.

GROPPO, L. A.; SALLAS, A. L. F.; SOFIATI, F. M. (orgs.). **A presença da felicidade: ocupações estudantis no Brasil em 2015 e 2016**. Curitiba: CRV, 2022. Disponível em: <https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/37458-crv>. Acesso em 10 maio 2025.

HADDAD, S. Novas formas de ativismo social: o que há por trás das mobilizações de rua? O Movimento Passe Livre de São Paulo (MPL-SP). **Revista e-Curriculum**. São Paulo, v.14, n. 2, p. 572-601, 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/27500/20354>. Acesso em 10 maio 2025.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais, **Tempo Social**. São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84979/87743>. Acesso em 3 abr. 2025.

KRIEGER, M. M.; LEBLANC, E. M. A consolidação do termo direito à cidade na cidade de São Paulo a partir das Jornadas de Junho: uma articulação hegemônica? **Revista de Administração Pública**. v. 52, n. 6, p. 1032-1055, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220170135>. Acesso em 2 abr. 2025.

LAVILLE, C.; DIONE, J. **A construção do saber**. Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LIMA, V. A. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação In: MARICATO, E. et al. **Cidades rebeldes**. Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do país. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.

LÖWY, M. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio: uma leitura das teses “sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARICATO, E. et al. **Cidades rebeldes**. Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do país. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.

PALÁCIO, F. Sob o céu de Junho. **As manifestações de 2013 à luz do materialismo cultural**. São Paulo: Autonomia Literária, 2023.

PINHEIRO, L. R. Itinerários versados: redes e identizações nas periferias de Porto Alegre. **Cadernos IHU Ideias**. São Leopoldo, v. 15, n. 260, p. 3-22, 2017. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/260cadernosihuideias.pdf>. Acesso em 1 jul. 2025.

RANCIÈRE, J. **O desentendimento**: política e filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996.

RANCIÈRE, J. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

RICOUER, P. **Tempo e narrativa**. São Paulo: Papirus, 1997.

SOLANO, E.; MANSO, B. P.; NOVAES, W. **Mascarados**. A verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc. São Paulo: Geração Editorial, 2014. [versão Kindle]

TOMIZAKI, K. et al. Socialização política: experiências e aprendizagens. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 37, n. 137, p. 1123-1141, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016171151>. Acesso em 3 abr. 2024.

VINICIUS, Leo. **Antes de Junho**: rebeldia, poder e fazer da juventude autonomista. Florianópolis: Editoria em Debate, 2014. 364 p. Disponível em: <https://share.google/G1ykoCU9NYggo2wi4>. Acesso em 11 abr. 2026.

HISTÓRICO

Submetido: 19 de Fev. de 2026.

Aprovado: 19 de Jun. de 2026.

Publicado: 23 de Jul. de 2026.

COMO CITAR O ARTIGO - ABNT:

SILVA, J. A.; GROppo, L.A.; SANTOS, M.C.; OLIVEIRA, Y.A. Formação política e trajetórias: jovens ativistas e militantes nas Jornadas de 2013 em São Paulo. **Revista Linguagem, Educação e Sociedade - LES**, V. 30, N. 63, 2026.